





PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO/CE AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 001.2025/SMS PROCESSO N° 001/2025

Preâmbulo

Torna-se público que a **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, por meio da Comissão de Licitações, sediada na Av. Eusébio de Queiroz, 955, Centro, Eusébio/CE, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço, na hipótese do <u>art. 75</u>, inciso II, nos termos da <u>Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021</u>, demais normas aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, e demais normas aplicáveis.

Unidade Gestora:	Secretaria Municipal de Saúde
Recebimento das Propostas:	A partir da disponibilização deste Aviso no Sistema de Dispensa Eletrônica até o início da fase de lances.
Data da Sessão:	14 de fevereiro de 2025
Horário da Fase de Lances:	10:00 às 16:00 Horas
Modo de Disputa:	Aberto
Link de Acesso:	www.bllcompras.org.br

1. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1 O objeto da presente dispensa eletrônica é a escolha da proposta mais vantajosa para aquisição de equipamentos e materiais permanentes para o funcionamento das unidades de saúde do Município de Eusébio/CE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Dispensa Eletrônica.

1.2 A contratação será formada por 01 (um) grupo de itens, conforme tabela constante a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	V. UNIT	V. TOTAL
01	ARMÁRIO ALTO FECHADO EM AÇO COM 2	UNID	08	1.181,43	9.451,44
	PORTAS TRANCA COM CHAVE E 4 PRATELEIRAS.				
	MEDIDAS 1,95CM ALTURA X 0,90CM LARGURA X				
	0,40CM PROFUNDIDADE COM VARIAÇÃO DE +/- 5%				
	PRA MAIS OU PRA MENOS. É CONFECCIONADO EM				
	CHAPA DE AÇO #26 LAMINADA A FRIO NAS				
	LATERAIS, NO FUNDO, PRATELEIRAS, POSSUIR				
	PORTAS COM DOBRADIÇAS SOLDADA ATRAVÉS DE				
	SOLDA PONTO ELETRÔNICO PNEUMÁTICA E PINO				
	ANELADO REFORÇADO ZINCADO E FECHADURA				
	CILÍNDRICA DO TIPO YALE COM 2 CHAVE COM				
	TRAVAMENTO POR FECHO CENTRAL POSSUI 4				
	PRATELEIRAS COM REFORÇO DEVE SER PINTADO				
	COM TINTA ELETROSTÁTICA EPÓXI PÓ CURADA EM				
	ESTUFA A 200° COR CINZA CLARO.				
02	CADEIRA CONFECCIONADA EM OLIPROPILENO	UNID	40	40,77	1.630,80
	CADEIRA CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO				
	RESISTENTE COM MEDIDAS APROXIMADAS DE:				
	ALTURA: 70,5, LARGURA: 70, PROFUNDIDADE: 70				
	PESO: 2,96 KG. CADEIRA SEM BRAÇO COM SELO DO				
	INMETRO.				

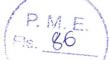


Q Rua Edmilson Pinheiro, 150

PREFEITURA MUNICIPAL DO EUSEBIO

				1	1
03	CADEIRA FIXA MODELO SECRETARIA ESTOFADA EM ESPUMA INJETADA MADEIRA MULTI LAMINADA 12MM ESPESSURA TECIDO JSERRANO FIXADAS COM PARAFUSO E PORCA GARRA A ESTRUTURA EM TUBO AÇO 3/4 PINTURA ELETROSTÁTICA EPÓXI PÓ PONTEIRA EM POLIPROPILENO ANTIDERRAPANTE.	UNID	24	200,47	4.811,28
04	CADEIRA EM POLIPROPILENO ANTIDERRAPANTE. CADEIRA GIRATÓRIA MODELO SECRETARIA ESTOFADA EM ESPUMA INJETADA MADEIRA MULTI LAMINADA 12MM ESPESSURA TECIDO JSERRANO ACABAMENTO EM PERFIL ABS FRANCIS COM BRAÇO REGULÁVEL FIXADA A BASE ATRAVÉS DE PARAFUSO EM PARÇA GARRA BASE GIRATÓRIA COM REGULAGEM DE ALTURA ATRAVÉS DE PISTÃO A GÁS E ESTRELA COM CINCO RODÍZIOS DUPLOS.		08	537,20	4.297,60
05	CADEIRAS LONGARINAS 04 LUGARES - CONFECCIONADA EM TUBO DE AÇO ASSENTO E ENCOSTO EM PROPILENO, COR PRETA, SEM BRAÇOS, COM ALTA RESISTÊNCIA, BASE EM AÇO, COM PINTURA EPÓXI.		09	906,77	8.160,93
06	CARRO CURATIVO; ESTRUTURA: EM TUBO REDONDO DE 7/8"EM AÇO CARBONO. TAMPO E PRATELEIRA: EM CHAPA DE AÇO CARBONO COM GRADE EM TODA A VOLTA. PUXADOR: EM TUBO REDONDO DE AÇO CARBONO DIAM. 7/8". ACESSÓRIOS: BACIA EM AÇO INOXIDÁVEL E BALDE DE AÇO INOXIDÁVEL COM CAPAC. DE ATÉ 5 LITROS. RODÍZIOS: DE 50MM. ACABAMENTO: EM PINTURA ELETROSTÁTICA À PÓ COM EFICIÊNCIA ANTICORROSIVA POR MEIO DE FOSFATIZAÇÃO, CONFERINDO EXCELENTE RESISTÊNCIA QUÍMICA CONTRA CORROSÃO. DIMENSÕES COMPRIMENTO: 0,80 M LARGURA: 0,40 M ALTURA: 0,75 M OPCIONAL • DIMENSÕES VARIADAS • TOTALMENTE EM AÇO INOXIDÁVEL • SEM BALDE E BACIA • VARIAÇÃO NOS DIÂMETROS DOS RODÍZIOS COM OU SEM FREIO • PARA - CHOQUE DE BORRACHA		02	797,33	1.594,66
07	DIVÂ FIXO; ESTRUTURA: EM CABO DE AÇO CARBONO REDONDO DIAM. 1.1/4". LEITO: ALCOCHOADO COM ESPUMA DE ALTA DENSIDADE REVESTIDO EM COURVIN. CABECEIRA: REGULÁVEL ATRAVES DE CREMALHEIRA. PÉS: COM PONTEIRA DE BORRACHA. ACABAMENTO: EM PINTURA ELETROSTÁTICA À PÓ COM EFICIÊNCIA ANTICORROSIVA POR MEIO DE FOSFATIZAÇÃO, CONFERINDO EXCELENTE RESISTÊNCIA QUÍMICA CONTRA CORROSÃO. CAPACIDADE 180KG DIMENSÕES 1,90 X 0,65 X 0,85 M OPCIONAL DIMENSÕES VARIADAS ESTRUTURA EM AÇO INOXIDÁVEL SUPORTE PARA LENÇOL DESCARTÁVEL ESTRUTURA PARA OBESO E INFANTIL RODÍZIOS LEITO EM CHAPAS DE AÇO.	UNID	06	735,87	4.415,22
08	300MM ESTANTE EM CHAPA DE AÇO LAMINADA A FRIO, ABERTA NO FUNDO E NA LATERAL, COM 5 (SEIS) PRATELEIRAS REGULÁVEIS, COM CHAPA DE NO MÍNIMO 0,75MM DE ESPESSURA, DOBRAS DUPLAS	UNID	04	374,17	1.496,68





PREFEITURA MUNICIPAL DO EUSEBIO

				}	d
	NAS LATERAIS E TRIPLAS NAS PARTES FRONTAIS E POSTERIORES, COM REFORÇO TIPO ÔMEGA NA PARTE INFERIOR DAS PRATELEIRAS. COLUNAS EM CHAPA DE AÇO LAMINADA A FRIO DE NO MÍNIMO 1,90MM DE ESPESSURA, REFORÇO EM X NO FUNDO E DOIS X EM CADA LATERAL, PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ NA COR CINZA CRISTAL, APÓS TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO. CAPACIDADE DE PESO: DE NO MÍNIMO 85 KG POR PRATELEIRA. DIMENSÕES MÍNIMAS DE: ALTURA: 1980MM; LARGURA: 900MM PROFUNDIDADE: 300MM.				
09	FOCO DE LUZ; ESTRUTURA FEITA EM TUBO DE 7/8"X 1,20MM, BASE COM METALON 50X30MM, HASTE MÓVEL FLEXIVEL E LÂMPADA LED PARA ILUMINAÇÃO. DIMENSÕES ALTURA MIN.: 0,85 M ALTURA MÁX.: 1,35 M OPCIONAL • PRODUTO EM AÇO INOXIDÁVEL • RODÍZIOS.	UNID	02	494,40	988,80
10	FOGÃO DOMESTICO COM 4 BOCAS E FORNO; FOGÃO DOMÉSTICO, 4 BOCAS, COM PÉ, ACENDIMENTO AUTOMÁTICO, FORNO COM CAPACIDADE DE ATÉ 56 LITROS, COR PREDOMINANTE BRANCO, CANTOS ARREDONDADOS, SEM EMENDAS PERMITINDO MELHOR LIMPEZA.	UNID	02	1.264,00	2.528,00
11	GELADEIRA - REFRIGERADOR TIPO GELADEIRA UMA PORTA, FROST FREE, CAPACIDADE MÍNIMO DE 301 E MÁXIMO DE 350 LITROS. CLASSIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NÍVEL A EMITIDO PELO PROGRAMA BRASILEIRO DE ETIQUETAGEM PBE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL INMETRO, TENSÃO 220 V, UTILIZA GÁS CICLO/ISOPENTANO. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	UNID	02	3.571,33	7.142,66
12	LIXEIRA COM PEDAL 30L, INJEPLASTEC: LINDA E PRÁTICA A LIXEIRA COM PEDAL É IDEAL PARA SUA CASA. PRODUZIDA DE UM MATERIAL DE QUALIDADE, GARANTINDO DURABILIDADE E RESISTÊNCIA. CAPACIDADE DE 30 LITROS, SENDO PERFEITA PARA COZINHA OU ÁREAS PARA CHURRASCO. SUA COR BRANCA, OMBINA COM QUALQUER AMBIENTE, ALÉM DE SEU DESIGN SER MODERNO. SUA ABERTURA É POR PEDAL, DANDO MAIS CONFORTO E EVITANDO O CONTATO DAS MÃOS COM A LIXEIRA. DIMENSÕES DO PRODUTO: COMPRIMENTO: 38CM. LARGURA: 36CM. ALTURA: 50CM. CAPACIDADE: 30 LITROS.	UNID	08	134,80	1.078,40
13	MESA DE EXAME GINECOLÓGICA TUBULAR ESTOFADA ESTRUTURA: TUBO REDONDO DE AÇO CARBONO 1.1/4". LEITO: ACOLCHOADO COM ESPUMA DE ALTA DENSIDADE REVESTIDO EM COURVIN, DIVIDIDO EM 3 SEÇÕES, SENDO ASSENTO FIXO, PARTE POSTERIOR E ANTERIOR COM MOVIMENTOS ATRAVÉS DE CREMALHEIRA. EQUIPADA: COM UM PAR DE PORTA- COXAS, COM HASTE INOX E APOIO EM ALUMÍNIO, ANEXOS E		02	987,83	1.975,66



P. M. E.

EUSÉBIO

	GAVETA DE AÇO INOXIDÁVEL ACABAMENTO: EM PINTURA ELETROSTÁTICA À PÓ COM EFICIÊNCIA ANTICORROSIVA POR MEIO DE FOSFATIZAÇÃO, CONFERINDO EXCELENTE RESISTÊNCIA QUÍMICA CONTRA CORROSÃO. CAPACIDADE 180KG DIMENSÕES 1,80 X 0,50 X 0,85 (C X L X A).				
14	MESA DE PLÁSTICO - ESA PLÁSTICA QUADRADA, TIPO MONOBLOCO, EMPILHÁVEL, FABRICADA EM POLIPROPILENO RESISTÊNTE, TRATADA COM RESINHA ANTI-UV, DIMENSÕES: LARGURA 700MM, COMPRIMENTO 700MM, ALTURA 720MM, ESPESSURA MÍNIMA 3MM, VARIAÇÃO DE 10% PARA MAIS E 5% PARA MENOS, CAPACIDADE PARA SUPORTAR NO MÍNIMO 30KG, COR BRANCA. CADEIRA CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO RESISTENTE COM MEDIDAS APROXIMADAS DE: ALTURA: 70,5, LARGURA: 70, PROFUNDIDADE: 70 PESO: 2,96 KG. CADEIRA SEM BRAÇO COM SELO DO INMETRO.	UNID	02	121,07	242,14
15	MESA DE TRABALHO COM DUAS GAVETAS MEDINDO A X L X P, 0,75 X 1,20 X 0,60, NA COR A COMBINARTAMPO E CORPO MACIÇO CONFECCIONADO EM MDP BDE 15MM REVESTIDO EM MELAMINICO FIXADA ATRAVÉS DE PROCESSO INDUSTRIAL EM PRENSA DE BAIXA PRESSÃO ACABAMENTO COM PERFIL/FITA DE PVC DE BORDA COLADO POR CENTRO DE USINAGEM PELO SISTEMA HOTMELTNA COR A COMBINAR POSSUIR GAVETEIRRO AÉREO COM 2 GAVETAS.	UNID	16	498,33	7.973,25
16	MOCHO; ESTRUTURA FEITA EM TUBO DE 1.1/4" X 1,20MM E TUBO DE 1" X1,20MM, ESTOFAMENTO FEITO DE MADEIRA TIPO COMPENSADO, LAMINADO DE ESPUMA E REVESTIMENTO DE COURVIM. DIMENSÕES DIÂMETRO DO ASSENTO: 0,32 M ALTURA MÁX: 0,70 M ALTURA MIN: 0,53 M OPCIONAL • PRODUTO EM AÇO INOXIDÁVEL • COM ENCOSTO • RODÍZIO.	UNID	02	650,30	1.300,60
17	REFLETOR LED - ESPECIFICAÇÕES: POTÊNCIA - 200W COR - BRANCO FRIO 6000KFLUXO LUMINOSO - 110 LM/WFATOR DE POTÊNCIA - 0.6 TENSÃO NOMINAL - AC 90-265V FREQUÊNCIA - 50 - 60HZ VIDA ÚTIL - L70 30.000 HORAS PROTEÇÃO - IP 66 IRC - 80.	UNID	01	230,20	230,20
18	SUPORTE TV BI-ARTICULADO DE 14 A 56 POL LED PLASMA LCD, O SUPORTE BI-ARTICULADO SUPORTA TVS E MONITORES COM ATÉ 30 KG, É COMPATÍVEL COM TVS DE 10" A 65", ALÉM DE POSSUIR ROTAÇÃO DE 360O, INCLINAÇÃO DE 15 E ARTICULAÇÃO DE 130 GRAUS. ACOMPANHA NÍVEL BOLHA, PARAFUSOS E BUCHAS. COMPATÍVEL COM VESA 50X50 ATÉ 400X400, INCLUI PARAFUSOS M8X45, PARA TV E MONITOR. FEITO EM AÇO CARBONO, ARTICULAÇÃO: 130O GRAUS, INCLINAÇÃO: 150 GRAUS, ROTAÇÃO: 360O GRAUS, DISTÂNCIA DA PAREDE: MINÍMA: 6.3CM / MÁXIMA: 24CM.	UNID	02	161,27	322,54

VALOR GLOBAL R\$ 59.640,89 (cinquenta e nove mil, seiscentos e quarenta reais).





1.3 O critério de julgamento e seleção da melhor proposta será a de MENOR PREÇO GLOBAL, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta.

1.4 Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

- **2.1** A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do sistema de compras do Município, disponível no endereço eletrônico <u>www.bllcompras.com.br</u>.
- 2.2 Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no endereço eletrônico supramencionado, para acesso ao sistema e operacionalização.
- 2.3 O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.
- 2.4 Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:
- a) Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
- b) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- c) Que se enquadrem nas seguintes vedações:
 - i) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - ii) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - iii) Pessoa física ou Jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - iv) Aquele que mantenha vinculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - v) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei 6.404/1976, concorrendo entre si;
 - vi) Pessoa Física ou Jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 2.4.1 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.4.2 Aplica-se o disposto no inciso "iii" também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.
- d) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- 2.5 Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao artigo 16 da Lei nº 14.133/21.
- 2.6 Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte, quando elas atenderem ao disposto no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007.

3. DO INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1 O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.



P. M. E. Fis. 89

EUSEBIO

- 3.2 O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para a abertura do início da etapa de lances.
- 3.3 A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 3.4 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a contratada.
- 3.5 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.
- 3.6 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 3.7 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 3.8 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe neste aviso e seus anexos:
- a) Documentos de habilitação;
- b) Termo de Referência; e
- c) Minuta do Contrato, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 3.9 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 3.10 No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:
- a) Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- b) Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49;
- c) Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- d) Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
- e) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o artigo 93 da Lei nº 8.213/1991;
- f) Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, inciso XXXIII, da Constituição Federal.
- g) O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, quando permitida a participação.

4. DA FASE DE LANCES

- **4.1** A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.
- **4.2** Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 4.2.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor global.
- **4.3** O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema;
- **4.3.1** O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta;





P. M. E. Fls. <u>90</u>

4.3.2 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 10,00 (dez reais).

4.4 Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5 Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6 Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7 Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1 O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1 Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2 No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1 Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado a melhor proposta, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.2.2 A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2.3 Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado no relatório do procedimento da dispensa eletrônica.

5.3 Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta adequada ao último lance e, se necessário, de documentos complementares.

5.4 O critério de julgamento será o menor preço global.

5.5 Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.5.1 Contiver vícios insanáveis;

5.5.2 Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.5.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.5.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.5.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.6 Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.6.1 For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;

5.6.2 Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.7 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.8 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço;

5.8.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas; 5.9 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.10 Em caso de haver divergência entre as especificações do(s) item(ns) contidos proposta de preços e as especificações contidas no Termo de Referência do Edital prevalecem as do Termo de Referência, inclusive para fins de desclassificação.





- **5.11** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.12 Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.
- **5.13** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. DA HABILITAÇÃO

- **6.1** Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do ANEXO I DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO, deste aviso e serão solicitados do fornecedor melhor classificado da fase de lances.
- 6.2 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) Cadastro de Fornecedores, verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União TCU;
- **6.2.1** Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/)
- **6.2.1.1** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;
- 6.2.1.2 O fornecedor será convocado para manifestação prévia à sua desclassificação;
- 6.2.2 Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.3 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do Cadastro de Fornecedores, nos documentos por ele abrangidos.
- **6.3.1** É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do Cadastro de Fornecedores (SICAF) para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.
- **6.3.2** O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- **6.4** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhálos, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.
- **6.5** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais, quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- **6.6** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 6.7 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.8 Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta;
- **6.8.1** Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.
- 6.9 Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.







7. DA CONTRATAÇÃO

7.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato conforme minuta anexa neste Aviso.

7.1.2 O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.1.3 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.2 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

7.2.1 Referida Nota está vinculada ao contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

7.2.2 A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.2.3 A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei, bem como as regras contidas no contrato.

7.3 O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência, conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

7.4 Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 O procedimento será divulgado no Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral de Fornecedores, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

8.2 No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

8.2.1 Republicar o presente aviso com uma nova data;

8.2.2 Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

8.2.2.1 No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

8.2.3 Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o

8.3 As providências dos subitens 8.2.1 e 8.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

8.4 Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

8.5 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

8.6 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

8.7 Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília - DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

8.8 No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.





EUSEBIO

8.9 As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

8.10 Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

8.11 Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

8.12 Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

8.13 Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

8.14 Os fornecedores se submetem as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, bem como àquelas expressamente previstas no Termo de Referência e Contrato contidos nos anexos deste Aviso de Dispensa Eletrônica.

8.14.1 ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação;

8.14.2 ANEXO II - Termo de Referência; e

8.14.3 ANEXO III - Minuta do Contrato.

Eusébio/CL/04 de fevereiro de 2025.

Zozimo quis de Medeiros Silva Secretaria de Saúde









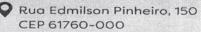
1. Habilitação jurídica:

- 1.1 No caso de **empresário individual**, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- **1.2** Em se tratando de **Microempreendedor Individual MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 1.6 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 1.7 No caso de Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 1.8 No caso de Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei n° 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 1.9 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- 2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso; 2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário
- da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 2.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 2.6 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 2.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- **2.8.** Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição.









ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA TERMO DE REFERÊNCIA

2. DO OBJETO

1.1 Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para o funcionamento das unidades de saúde do Município de Eusébio/CE.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A aquisição de novos equipamentos e materiais permanentes é essencial para modernizar as instalações das unidades de saúde e garantir que estejam alinhadas com os avanços tecnológicos. Equipamentos novos geralmente demandam menos manutenção corretiva, o que reduz custos a longo prazo e garante a continuidade dos serviços de saúde sem interrupções. A renovação dos equipamentos é necessária para cumprir exigências legais e regulamentações da área da saúde, garantindo a segurança e a qualidade dos serviços prestados.

2.2 Levando em consideração o objeto em questão e as disposições legais, a ausência de elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP) no presente processo licitatório se justifica com base no que está previsto na legislação vigente, nos art. 72 e 75 de Lei 14133/21, a elaboração do ETP pode ser dispensada em situações específicas, tais como dispensa em razão do valor, contratações emergenciais, situações de guerra, estado de defesa, estado de sitio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem, entre outras circunstâncias excepcionais, e/ou a natureza do objeto licitado, de acordo com as especificidades e características técnicas, não demanda a elaboração do ETP, uma vez que as informações necessárias para a correta definição do objeto e dos critérios de seleção estão devidamente estabelecidas e documentadas de forma clara e objetiva neste Termo de Referência (TR)

2.3 Registra-se, que a necessidade foi identificada para atender a necessidade da Secretaria de Saúde e se justificam em razão dos motivos supracitados.

3. CONDIÇOES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

3.1 Da especificação e quantidade dos produtos/serviços:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	V. UNIT	V. TOTAL
01	ARMÁRIO ALTO FECHADO EM AÇO COM 2	UNID	08	1.181,43	9.451,44
	PORTAS TRANCA COM CHAVE E 4 PRATELEIRAS.				
	MEDIDAS 1,95CM ALTURA X 0,90CM LARGURA X				
	0,40CM PROFUNDIDADE COM VARIAÇÃO DE +/- 5%				
	PRA MAIS OU PRA MENOS. É CONFECCIONADO EM				
	CHAPA DE AÇO #26 LAMINADA A FRIO NAS				
	LATERAIS, NO FUNDO, PRATELEIRAS, POSSUIR				
	PORTAS COM DOBRADIÇAS SOLDADA ATRAVÉS DE				
	SOLDA PONTO ELETRÔNICO PNEUMÁTICA E PINO				
	ANELADO REFORÇADO ZINCADO E FECHADURA				
	CILÍNDRICA DO TIPO YALE COM 2 CHAVE COM				
	TRAVAMENTO POR FECHO CENTRAL POSSUI 4				
!	PRATELEIRAS COM REFORÇO DEVE SER PINTADO				
	COM TINTA ELETROSTÁTICA EPÓXI PÓ CURADA EM				
	ESTUFA A 200° COR CINZA CLARO.				
02	CADEIRA CONFECCIONADA EM OLIPROPILENO	UNID	40	40,77	1.630,80
	CADEIRA CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO	ļ			
	RESISTENTE COM MEDIDAS APROXIMADAS DE:				
	ALTURA: 70,5, LARGURA: 70, PROFUNDIDADE: 70				
	PESO: 2,96 KG. CADEIRA SEM BRAÇO COM SELO DO				
	INMETRO.				1 244 26
03	CADEIRA FIXA MODELO SECRETARIA ESTOFADA	UNID	24	200,47	4.811,28
	EM ESPUMA INJETADA MADEIRA MULTI LAMINADA				L



P. M. E. Fls. 96

				1	/
	12MM ESPESSURA TECIDO JSERRANO FIXADAS COM				-
	PARAFUSO E PORCA GARRA A ESTRUTURA EM TUBO				
	AÇO 3/4 PINTURA ELETROSTÁTICA EPÓXI PÓ				
0.4	PONTEIRA EM POLIPROPILENO ANTIDERRAPANTE.	LINITES	0.0	527.00	4.207.60
04	CADEIRA GIRATÓRIA MODELO SECRETARIA	UNID	08	537,20	4.297,60
	ESTOFADA EM ESPUMA INJETADA MADEIRA MULTI LAMINADA 12MM ESPESSURA TECIDO JSERRANO				
	ACABAMENTO EM PERFIL ABS FRANCIS COM BRAÇO				
	REGULÁVEL FIXADA A BASE ATRAVÉS DE PARAFUSO				
	EM PARÇA GARRA BASE GIRATÓRIA COM				
	REGULAÇEM DE ALTURA ATRAVÉS DE PISTÃO A				
	GÁS E ESTRELA COM CINCO RODÍZIOS DUPLOS.				
05	CADEIRAS LONGARINAS 04 LUGARES -	UNID	09	906,77	8.160,93
	CONFECCIONADA EM TUBO DE AÇO ASSENTO E				
	ENCOSTO EM PROPILENO, COR PRETA, SEM				
	BRAÇOS, COM ALTA RESISTÊNCIA, BASE EM AÇO,				
	COM PINTURA EPÓXI.	10.115	00	505.22	4.504.66
06	CARRO CURATIVO; ESTRUTURA: EM TUBO REDONDO	UNID	02	797,33	1.594,66
	DE 7/8" EM AÇO CARBONO. TAMPO E PRATELEIRA: EM CHAPA DE AÇO CARBONO COM GRADE EM				
	TODA A VOLTA. PUXADOR: EM TUBO REDONDO				
	DE AÇO CARBONO DIAM. 7/8". ACESSÓRIOS: BACIA			1	
	EM AÇO INOXIDÁVEL E BALDE DE AÇO				:
	INOXIDÁVEL COM CAPAC. DE ATÉ 5 LITROS.				
	RODÍZIOS: DE 50MM. ACABAMENTO: EM PINTURA				
	ELETROSTÁTICA À PÓ COM EFICIÊNCIA	1			
	ANTICORROSIVA POR MEIO DE FOSFATIZAÇÃO,				
	CONFERINDO EXCELENTE RESISTÊNCIA QUÍMICA				
	CONTRA CORROSÃO. DIMENSÕES COMPRIMENTO:				
	0,80 M LARGURA: 0,40 M ALTURA: 0,75 M OPCIONAL • DIMENSÕES VARIADAS • TOTALMENTE EM AÇO				
	INOXIDÁVEL • SEM BALDE E BACIA • VARIAÇÃO NOS				
	DIÂMETROS DOS RODÍZIOS COM OU SEM FREIO •				
	PARA- CHOQUE DE BORRACHA.				
07	DIVÂ FIXO; ESTRUTURA: EM CABO DE AÇO	UNID	06	735,87	4.415,22
	CARBONO REDONDO DIAM. 1.1/4". LEITO:			,	ŕ
	ALCOCHOADO COM ESPUMA DE ALTA DENSIDADE				
	REVESTIDO EM COURVIN. CABECEIRA: REGULÁVEL				
	ATRAVES DE CREMALHEIRA. PÉS: COM PONTEIRA				
	DE BORRACHA. ACABAMENTO: EM PINTURA				
	ELETROSTÁTICA À PÓ COM EFICIÊNCIA				
	ANTICORROSIVA POR MEIO DE FOSFATIZAÇÃO,				
	CONFERINDO EXCELENTE RESISTÊNCIA QUÍMICA CONTRA CORROSÃO. CAPACIDADE 180KG				
	DIMENSÕES 1,90 X 0,65 X 0,85 M OPCIONAL •				
	DIMENSÕES 1,90 Å 0,03 Å 0,63 M OFCIONAL DIMENSÕES VARIADAS • ESTRUTURA EM AÇO				
	INOXIDÁVEL • SUPORTE PARA LENÇOL				
	DESCARTÁVEL • ESTRUTURA PARA OBESO E				
	INFANTIL • RODÍZIOS LEITO EM CHAPA DE AÇO •				
	GABINETE EM MADEIRA MDF OU EM CHAPAS DE				
	AÇO.				4 10 1 10
08	300MM ESTANTE EM CHAPA DE AÇO LAMINADA A	UNID	04	374,17	1.496,68
	FRIO, ABERTA NO FUNDO E NA LATERAL, COM 5				
	(SEIS) PRATELEIRAS REGULÁVEIS, COM CHAPA DE NO MÍNIMO 0,75MM DE ESPESSURA, DOBRAS DUPLAS				
	NAS LATERAIS E TRIPLAS NAS PARTES FRONTAIS E				
L	17210 Established D Restablished Free Free D	1	L		1



PREFEITURA MUNICIPAL DO

P. M. E. Fis. 97

				1	
	POSTERIORES, COM REFORÇO TIPO ÓMEGA NA PARTE INFERIOR DAS PRATELEIRAS. COLUNAS EM CHAPA DE AÇO LAMINADA A FRIO DE NO MÍNIMO 1,90MM DE ESPESSURA, REFORÇO EM X NO FUNDO E DOIS X EM CADA LATERAL, PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ NA COR CINZA CRISTAL, APÓS TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO. CAPACIDADE DE PESO: DE NO MÍNIMO 85 KG POR PRATELEIRA. DIMENSÕES MÍNIMAS DE: ALTURA: 1980MM; LARGURA: 900MM PROFUNDIDADE: 300MM.				
09	FOCO DE LUZ; ESTRUTURA FEITA EM TUBO DE 7/8"X 1,20MM, BASE COM METALON 50X30MM, HASTE MÓVEL FLEXIVEL E LÂMPADA LED PARA ILUMINAÇÃO. DIMENSÕES ALTURA MIN.: 0,85 M ALTURA MÁX.: 1,35 M OPCIONAL • PRODUTO EM AÇO INOXIDÁVEL • RODÍZIOS.	UNID	02	494,40	988,80
10	FOGÃO DOMESTICO COM 4 BOCAS E FORNO; FOGÃO DOMÉSTICO, 4 BOCAS, COM PÉ, ACENDIMENTO AUTOMÁTICO, FORNO COM CAPACIDADE DE ATÉ 56 LITROS, COR PREDOMINANTE BRANCO, CANTOS ARREDONDADOS, SEM EMENDAS PERMITINDO MELHOR LIMPEZA.	UNID	02	1.264,00	2.528,00
11	GELADEIRA - REFRIGERADOR TIPO GELADEIRA UMA PORTA, FROST FREE, CAPACIDADE MÍNIMO DE 301 E MÁXIMO DE 350 LITROS. CLASSIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NÍVEL A EMITIDO PELO PROGRAMA BRASILEIRO DE ETIQUETAGEM PBE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL INMETRO, TENSÃO 220 V, UTILIZA GÁS CICLO/ISOPENTANO. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	UNID	02	3.571,33	7.142,66
12	LIXEIRA COM PEDAL 30L, INJEPLASTEC: LINDA E PRÁTICA A LIXEIRA COM PEDAL É IDEAL PARA SUA CASA. PRODUZIDA DE UM MATERIAL DE QUALIDADE, GARANTINDO DURABILIDADE E RESISTÊNCIA. CAPACIDADE DE 30 LITROS, SENDO PERFEITA PARA COZINHA OU ÁREAS PARA CHURRASCO. SUA COR BRANCA, OMBINA COM QUALQUER AMBIENTE, ALÉM DE SEU DESIGN SER MODERNO. SUA ABERTURA É POR PEDAL, DANDO MAIS CONFORTO E EVITANDO O CONTATO DAS MÃOS COM A LIXEIRA. DIMENSÕES DO PRODUTO: COMPRIMENTO: 38CM. LARGURA: 36CM. ALTURA: 50CM. CAPACIDADE: 30 LITROS.	UNID	08	134,80	1.078,40
13	MESA DE EXAME GINECOLÓGICA TUBULAR ESTOFADA ESTRUTURA: TUBO REDONDO DE AÇO CARBONO 1.1/4". LEITO: ACOLCHOADO COM ESPUMA DE ALTA DENSIDADE REVESTIDO EM COURVIN, DIVIDIDO EM 3 SEÇÕES, SENDO ASSENTO FIXO, PARTE POSTERIOR E ANTERIOR COM MOVIMENTOS ATRAVÉS DE CREMALHEIRA. EQUIPADA: COM UM PAR DE PORTA- COXAS, COM HASTE INOX E APOIO EM ALUMÍNIO, ANEXOS E GAVETA DE AÇO INOXIDÁVEL ACABAMENTO: EM		02	987,83	1.975,66



P. M. E. Fls. 98

EUSÉBIO

				1	
	PINTURA ELETROSTÁTICA À PÓ COM EFICIÊNCIA				Barrier .
	ANTICORROSIVA POR MEIO DE FOSFATIZAÇÃO,				
	CONFERINDO EXCELENTE RESISTÊNCIA QUÍMICA				
	CONTRA CORROSÃO. CAPACIDADE 180KG				
	DIMENSÕES 1,80 X 0,50 X 0,85 (C X L X A).	Ì			
4.4		UNID	02	121,07	242,14
14		UNID	02	121,07	242,14
	QUADRADA,TIPO MONOBLOCO, EMPILHÁVEL,				
	FABRICADA EM POLIPROPILENO RESISTÊNTE,				
	TRATADA COM RESINHA ANTI-UV, DIMENSÕES:				
	LARGURA 700MM, COMPRIMENTO 700MM, ALTURA				
	720MM, ESPESSURA MÍNIMA 3MM, VARIAÇÃO DE				
	10% PARA MAIS E 5% PARA MENOS, CAPACIDADE				
	PARA SUPORTAR NO MÍNIMO 30KG, COR BRANCA.				
	CADEIRA CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO				
	RESISTENTE COM MEDIDAS APROXIMADAS DE:				
	ALTURA: 70,5, LARGURA: 70, PROFUNDIDADE: 70 PESO:				
	2,96 KG. CADEIRA SEM BRAÇO COM SELO DO				
	INMETRO.			1	
15	MESA DE TRABALHO COM DUAS GAVETAS	UNID	16	498,33	7.973,25
13	MEDINDO A X L X P, 0,75 X 1,20 X 0,60, NA COR A		10	170,55	,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,
	COMBINARTAMPO E CORPO MACIÇO				
	CONFECCIONADO EM MDP BDE 15MM REVESTIDO				
	EM MELAMINICO FIXADA ATRAVÉS DE PROCESSO				
	INDUSTRIAL EM PRENSA DE BAIXA PRESSÃO				
	ACABAMENTO COM PERFIL/FITA DE PVC DE BORDA				
		1			
	COLADO POR CENTRO DE USINAGEM PELO SISTEMA HOTMELTNA COR A COMBINAR POSSUIR				
	GAVETEIRRO AÉREO COM 2 GAVETAS.				
1.6	MOCHO; ESTRUTURA FEITA EM TUBO DE 1.1/4"	UNID	02	650,30	1.300,60
16		UNID	02	030,30	1.300,00
	X 1,20MM E TUBO DE 1" X1,20MM, ESTOFAMENTO				
	FEITO DE MADEIRA TIPO COMPENSADO,				
	LAMINADO DE ESPUMA E REVESTIMENTO DE				
	COURVIM. DIMENSÕES DIÂMETRO DO ASSENTO:				
	0,32 M ALTURA MÁX: 0,70 M ALTURA MIN: 0,53 M				
	OPCIONAL • PRODUTO EM AÇO INOXIDÁVEL • COM				
	ENCOSTO • RODÍZIO.				
17	REFLETOR LED - ESPECIFICAÇÕES: POTÊNCIA - 200W	UNID	01	230,20	230,20
	COR - BRANCO FRIO 6000KFLUXO LUMINOSO - 110				
	LM/WFATOR DE POTÊNCIA - 0.6 TENSÃO				
	NOMINAL - AC 90-265V FREQUÊNCIA - 50 - 60HZ VIDA	'			
	ÚTIL - L70 30.000 HORAS PROTEÇÃO - IP 66 IRC - 80.				
18	SUPORTE TV BI-ARTICULADO DE 14 A 56 POL LED	UNID	02	161,27	322,54
	PLASMA LCD, O SUPORTE BI-ARTICULADO SUPORTA				
	TVS E MONITORES COM ATÉ 30 KG, É COMPATÍVEL				
	COM TVS DE 10" A 65", ALÉM DE POSSUIR ROTAÇÃO				
	DE 360O, INCLINAÇÃO DE 15 E ARTICULAÇÃO DE 130				
	GRAUS. ACOMPANHA NÍVEL BOLHA, PARAFUSOS E				
	BUCHAS. COMPATÍVEL COM VESA 50X50 ATÉ 400X400,				
	INCLUI PARAFUSOS M8X45, PARA TV E MONITOR.	1			
	FEITO EM AÇO CARBONO, ARTICULAÇÃO: 1300				
	GRAUS, INCLINAÇÃO: 150 GRAUS, ROTAÇÃO: 3600				
	GRAUS, INCLINAÇÃO: 130 GRAUS, ROTAÇÃO: 3000 GRAUS, DISTÂNCIA DA PAREDE: MINÍMA: 6.3CM /				
	MÁXIMA: 24CM.				
	TVITIZATIVITA, ATCIVI,	1	1		l

^{3.2} O prazo de vigência da contratação é até 31 de dezembro de 2025, contados da data de assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.





4. DO FORNECIMENTO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS

- **4.1** A entrega dos produtos/serviços deverá ser realizada nas unidades administrativas, conforme relação de endereços e quantitativos em anexo;
- **4.2** A entrega dos produtos/serviços deverá ser realizada no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Eusébio/CE.
- 4.3 Os produtos/serviços deverão ser entregues acompanhados de documento fiscal, com as mesmas condições indicadas na proposta de preço vencedora do certame, quanto à marca/fabricante, modelo, forma de acondicionamento, aparência, peso, volume, tamanho, composição, prazo de validade, garantia, quantidade, qualidade e autenticidade, respeitando rigorosamente as especificações deste TR;
- **4.4** Em caso de algum tipo de irregularidade verificada, o produto/serviço será devolvido, ficando a retirada do mesmo e o custo do transporte por conta da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis;
- **4.5** A CONTRATADA deverá atentar ao fiel cumprimento das especificações exigidas, sendo recusado item que estiver com alguma característica diferente das especificações contidas neste TR;
- **4.6** Os produtos/serviços deverão ser novos, estar adequadamente embalados de forma a preservar suas características originais, atender às especificações técnicas exigidas e obedecer rigorosamente:
- a) às normas e especificações constantes neste Termo de Referência;
- b) às normas da ABNT/INMETRO, conforme especificação e necessidade de cada produto/serviço;
- c) às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;
- d) às prescrições e recomendações dos fabricantes;
- 4.7 O fornecedor/prestador deverá entregar os itens de maneira que seja possível conferir, separadamente, cada um, de forma que facilite a contagem e controle dos mesmos;
- 4.8 Será recusado produtos/serviços deteriorado ou avariado;
- 4.9 A Administração poderá solicitar testes dos materiais junto aos seus fabricantes, para verificar a legitimidade dos produtos/serviços. Se verificada a inadequação dos produtos/serviços ou sua falsidade, será feita notificação da empresa para que se proceda a substituição, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis. Caso não seja realizada a substituição, a empresa ficará sujeita às penalidades previstas na CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV) do Contrato. Se for declarada pelo fabricante a falsidade, independente da substituição, os produtos/serviços ficarão retidos, para que se proceda a responsabilidade criminal, prevista no art. 337-L da Lei nº 14.133/2021;
- **4.10** A entrega dos produtos/serviços no local indicado pelo contratante, ficará a cargo do fornecedor, a quem caberá providenciar a mão de obra e produtos/serviços necessários para a entrega.

5. DA GARANTIA

5.1 O prazo de garantia dos produtos/serviços é aquele previsto na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. DO PRAZO DE ENTREGA E CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO

- 6.1 A entrega deverá ser feita no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento/serviço e cópia da Nota de Empenho, conforme informado em planilha pelo departamento requisitante, podendo ser prorrogável, por igual período, a critério do CONTRATANTE, quando devidamente justificado;
- **6.1.1** A data e horário da entrega deverão ser agendados com o Setor requisitante da Secretaria Municipal de Saúde, por e-mail saudeeusebioadm@gmail.com;
- **6.1.2** Caso ocorra alguma mudança de programação de endereço de entrega, o novo cronograma será enviado junto à autorização de fornecimento/serviço via e-mail;
- 6.2 Os produtos/serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste TR e na proposta;
- 6.3 O recebimento provisório dos produtos/serviços não implica a aceitação definitiva dos mesmos;



P. M. E. Fis. 100

EUSÉBIO

- **6.4** A atestação final de conformidade do fornecimento/serviço cabe à Secretaria Municipal de Saude do Município de Eusébio/CE;
- 6.5 Caso os itens estejam em desacordo com as especificações exigidas neste TR ou apresentarem vício, serão recusados e devolvidos parcial ou totalmente, conforme o caso, mediante Termo de Recusa, ficando a CONTRATADA obrigada a substituí-los no prazo de 5 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação, sem ônus para o contratante, sob pena de incorrer em atraso quanto ao prazo de execução;
- 6.6 Somente após a verificação do enquadramento dos produtos/serviços com as especificações definidas neste TR, dar-se-á o recebimento definitivo por servidor responsável, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a contar do recebimento provisório, após a verificação da conformidade com as especificações e demais exigências estabelecidas nesta contratação, atestando no documento de entrega, o recebimento em condições satisfatórias, em termos de quantidade e qualidade, conforme o inciso II, alínea b, do art. 140 da Lei nº 14.133/2021;
- 6.7 Será recusado o produto/serviço deteriorado, alterado, adulterado, avariado, corrompido, fraudado, bem como aquele em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição e apresentação;
- 6.8 O servidor designado como fiscal poderá solicitar a substituição de produto/serviço por outro em caso de defeito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento daquele que foi devolvido, sem prejuízo para o disposto nos artigos 441 a 446 do Código Civil;
- 6.9 O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito estado do produto/serviço fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da sua utilização;
- **6.10** A Administração poderá solicitar testes dos produtos/serviços junto aos seus fabricantes, para verificar a legitimidade do produto/serviço. A recusa da CONTRATADA a substituir os produtos/serviços reprovados nos testes será considerada descumprimento contratual, sujeitando a mesma à aplicação da penalidade.

7. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

- 7.1 A fiscalização será exercida pelo fiscal de Contrato, formalmente designados para o acompanhamento da contratação e entrega dos produtos/serviços, bem como para atestar o recebimento provisório e definitivo;
- 7.2 Aos servidores investidos na função de fiscal, especialmente designados pela Administração, compete:
- 7.2.1 Exercer de modo sistemático a fiscalização e o acompanhamento da execução da contratação, objetivando verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos;
- 7.2.2 Solicitar à CONTRATADA a substituição do objeto, que apresente defeito insanável durante seu uso, durante o prazo de garantia, cujo prazo será de 5 (cinco) dias úteis;
- 7.2.3 Anotar em registro próprio, comunicando ao preposto da CONTRATADA as irregularidades constatadas, informando prazo para sua regularização, propondo à Administração, quando for o caso, a aplicação das penalidades previstas na legislação pertinente;
- 7.3 As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização da contratação serão submetidas à apreciação da autoridade superior da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Eusébio/CE, para adoção das medidas cabíveis, consoante disposto no art. 117, §§ 1° e 2°, da Lei n° 14.133/2021;
- 7.4 Exigências da fiscalização, respaldada na legislação aplicável, no TR e Edital, deverão ser imediatamente atendidas pela CONTRATADA;
- 7.5 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste TR e na legislação vigente;
- 7.6 A fiscalização será exercida no interesse exclusivo da Secretaria de Saúde do Município de Eusébio/CE e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer irregularidade;
- 7.7 A fiscalização do contrato será auxiliada pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1 Entregar os produtos/serviços de acordo com as condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência;
- 8.2 Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do contratante;
- 8.3 Transportar os produtos/serviços e disponibilizar mão de obra especializada para entrega dos mesmos;
- 8.4 Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do contratante;



- 8.5 Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante a entrega dos produtos/serviços, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- 8.6 Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo contratante, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- 8.7 Substituir, nos prazos previstos neste Termo de Referência, sem ônus para o contratante, os produtos/serviços que tiverem sido recusados e devolvidos parcial ou totalmente pelo setor competente, em razão de desacordo com as especificações exigidas, vício de qualidade ou impropriedade para o uso;
- 8.8 Custear o frete relativo à devolução dos produtos/serviços defeituosos dentro do prazo de garantia;
- 8.9 Não subcontratar ou transferir a terceiros, nem mesmo parcialmente, a execução do presente objeto sem prévio consentimento por escrito do contratante;
- 8.10 Observar os preceitos relativos às leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, seguros e quaisquer outras não mencionadas, bem como pagamento de todo e qualquer tributo que seja devido em decorrência direta do contrato, isentando o contratante de qualquer responsabilidade.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 9.1 Cumprir e fazer cumprir todas as disposições contidas neste Termo de Referência;
- 9.2 Proporcionar todas as facilidades, inclusive esclarecimentos atinentes ao objeto deste Termo de Referência, para que a empresa possa cumprir as obrigações dentro das normas e condições da aquisição/prestação;
- 9.3 Designar servidores com competência necessária para promover o recebimento dos produtos/serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, assim como prazo de validade e entrega;
- 9.4 Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a contratada no prazo estipulado;
- 9.5 Alocar os recursos orçamentários e financeiros necessários à execução da contratação;
- 9.6 Acompanhar, coordenar e fiscalizar a contratação, anotando em registro próprio os fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas no fornecimento dos produtos/serviços;
- 9.7 Notificar a contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos fornecimentos, para que sejam tomadas as medidas corretivas necessárias;
- 9.8 Aplicar as penalidades nas situações previstas neste Termo de Referência;
- 9.9 Notificar a CONTRATADA, por escrito, no tocante à disposição de aplicação de eventuais penalidades, garantindo o contraditório e a ampla defesa;
- 9.9.1 Poderá haver notificação por meio eletrônico (e-mail) a ser fornecido pela CONTRATADA quando da assinatura contratual, ficando a cargo desta avisar qualquer alteração deste no curso do contrato. Considerar-se-á lido o e-mail pela contratada 48 (quarenta e oito) horas após o seu envio.

10. DAS SANÇÕES

- 10.1 Comete infração administrativa o fornecedor/prestador de serviço que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
- 10.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 10.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 10.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato;
- 10.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 10.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 10.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 10.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 10.1.9 Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 10.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



10.1.10.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances;

10.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

10.1.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5° da Lei 12.846/2013.

10.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 10.1.1 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa, calculada sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 10.1 deste Termo de Referência, no percentual de até 10% (dez por cento), na hipótese de cometimento das infrações previstas nos itens 10.1.1 a 10.1.7, e até 20% (vinte por cento), se cometidas infrações previstas nos itens 10.1.8 a 10.1.12;

b.1) O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA;

b.2) A multa pode ser aplicada isoladamente ou juntamente com as penalidades definidas nos itens "c" e "d" abaixo: c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, nos casos dos subitens 10.1.2 a 10.1.7 deste Termo de

Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nos casos dos subitens 10.1.2 a 10.1.12 deste Termo de Referência;

10.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

10.3.2 As peculiaridades do caso concreto;

10.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle

10.4 A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante.

10.5 Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

10.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

10.7 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o rito procedimental previsto no Capítulo I do Título IV da Lei 14.133/2021 – Das Infrações e Sanções Administrativas.

11. DO PAGAMENTO

11.1 O pagamento será de forma parcelada, mediante o(a) fornecimento ao Município de NOTA FISCAL ELETRÔNICA, juntamente com a comprovação da regularidade fiscal exigidos pelo artigo 68 da Lei nº 14.133/2021. Estes documentos depois de conferidos e visados, serão encaminhados para processamento e pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, após a respectiva apresentação;

11.1.1 Após o prazo acima referenciado, será paga multa financeira nos seguintes termos:

 $VM = VF \times 0.33 \times ND$ 100

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira;

VF = Valor da Nota Fiscal;

ND = Número de dias em atraso.



11.2 Ocorrendo erros na apresentação do(s) documento(s) fiscal(is), ou outra circunstância impeditiva, o(s) mesmo(s) será(ão) devolvido(s) à empresa contratada para correção, sendo que o recebimento definitivo será suspenso, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação do novo documento fiscal, devidamente corrigido;

11.3 A NOTA FISCAL ELETRÔNICA deverá conter o mesmo CNPJ e razão social apresentados quando na proposta, assim como, o número da contratação, o(s) objeto(s), os valores unitários e totais;

11.4 Qualquer alteração feita no contrato social, ato constitutivo ou estatuto deverá ser comunicado ao contratante, mediante documentação própria, para apreciação da autoridade competente;

11.5 O contratante poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela empresa contratada, em decorrência de descumprimento de suas obrigações;

11.6 Para a efetivação do pagamento, a contratada deverá manter as mesmas condições relativas à proposta de preço e a habilitação;

11.7 O pagamento referente ao valor da NOTA FISCAL ELETRÔNICA será feito por Ordem Bancária.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 Os recursos destinados à execução deste objeto correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Dotação Orçamentária: 02.10.01.10.122.0110.2 2025 – FUNCIONAMENTO DA UNIDADE – FMS; Fonte de Recursos: 1 500.1002.00;

Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente.



CONTRATO

PREFEITURA





ADMINISTRATIVO

MUNICIPAL

....../..., QUE FAZEM ENTRE SI A

EUSÉBIO/CE, POR INTERMÉDIO DO

ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO

			(A)	E	DO OUTF	RO LADO,
						••
através da Secretário CNPJ/MH resolvem LICITAÇ	pio de Eusébio, pessoa jurídica de direito público Secretaria de, com sede a, doravante denon, pessoa jurídica de direito privado,, por seu representante, doravante denominada CONTRATADA, celebrar este Termo de Contrato decorrente CÃO, em observância às disposições da Lei nº as cláusulas e condições a seguir enunciadas.	ninado Co sediada à legal, Sr(a tendo em de CON	, Eusébic ONTRAT. n) vista o qu TRATAÇ.	o/CE, neste a ANTE, e de	ato representa e outro lado /CE _, portador(a) Processo nº : A POR DIS	ado(a) pelo(a) o, a empresa E, inscrita no) do CPF n° XXXX/2024, SPENSA DE
1.1 Consti 1.2 A desc CLÁUSU	LA PRIMEIRA - DO OBJETO tui objeto deste instrumento o trição do(s) item(ns), quantidade(s) e preço(s) e LA SEGUNDA - DOS DOCUMENTOS I am esta contratação, independente de transcri	stão tabel: NTEGR	ANTES			m a Pracessa
n° XXXX	/2024, em especial, o Termo de Referência, A LA TERCEIRA – VIGÊNCIA					III O I IOCCSSO
	zo de vigência da contratação é até 31 de dezen	nbro de 20	25, contac	los da data de	assinatura d	o contrato, na
forma do	artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.					
	LA QUARTA – MODELOS DE EXECU					d;_~d_
	ime de execução contratual, os modelos de go , entrega, observação e recebimento do ob					
	to contratual.					
	LA QUINTA - PREÇO		`			
5.1 O valo	or total da contratação é de R\$ (),		VALOR	VALOR
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	QTDE	MARCA	UNIT	TOTAL
5.2 No va	lor acima estão incluídas todas as despesas ord	inárias dir	etas e indir	etas decorrer	ites da execu	ção do objeto,

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE 7.1 Os preços contratados são fixos e irreajustáveis.

Referência, Anexo II deste instrumento contratual.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

8.1 As obrigações do Contratante e do Contratado constam no Termo de Referência, Anexo II deste instrumento contratual, bem como as determinadas na legislação.

inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de







CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

9.2 A garantia de execução é independente de eventual garantia dos produtos/serviços, prevista especificamente no Termo de Referência, Anexo II deste instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 Comete infração administrativa o fornecedor/prestador de serviço que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

10.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

10.1.9 Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.10.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances;

10.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

10.1.12 Praticar ato lesivo previsto no artigo 5° da Lei nº 12.846/2013.

10.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 10.1.1 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa, calculada sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 10.1 deste Termo de Referência, no percentual de 10% (dez por cento), na hipótese de cometimento das infrações previstas nos itens 10.1.1 a 10.1.7 e 20% (vinte por cento), se cometidas infrações previstas nos itens 10.1.8 a 10.1.12;

b.1) O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA;

b.2) A multa pode ser aplicada isoladamente ou juntamente com as penalidades definidas nos itens "c" e "d" abaixo:

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, nos casos dos subitens 10.1.2 a 10.1.7 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nos casos dos subitens 10.1.2 a 10.1.12, do Termo de Referência;

10.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

10.3.2 As peculiaridades do caso concreto;

10.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4 A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante.

10.5 Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.



> P. M. E. Fis. 106

EUSÉBIO

10.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

10.7 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o rito procedimental previsto no Capítulo I do Título IV da Lei 14.133/2021 – Das Infrações e Sanções Administrativas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1 O cont	trato se extingi	ie quando ci	umpridas a	is obrigações	de ambas	as partes,	ainda	que isso	ocorra	antes c	do prazo
estipulado :	para tanto e in	dependente	de termo	de rescisão.							

11.2 Aplicar-se-ão os artigos 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021, nas situações de extinção contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
12.1 As despesas decorrentes da execução deste Contrato correrão à conta da,	Elemento de Despesa
e Fonte de Recurso:do orçamento do Município/CE.	
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES	

13.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

13.2 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no artigo 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao artigo 91, caput, da Lei 14.133/2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1 Fica eleito o foro da Comarca de Eusébio-CE, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste contrato. E, por estarem justos e acertados, firmam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas, para surtir seus efeitos legais.

Eusébio/C	CE, de de 2024.
Nome do(a) Ordenador(a) de Despesas	Razão Social
Secretário Municipal de	CNPJ n°
CONTRATANTE	Nome do Representante legal CONTRATADO
Testemunhas:	
01	02
Nome:	Nome:
CPF:	CPF: